

Feminismo, revolução e a questão nacional na Nicarágua

MEIRE MATHIAS
NICOLLE MONTALVÃO

RESUMO: A Revolução Sandinista foi um vitorioso processo político de libertação nacional da Nicarágua (1979 - 1990), na qual a participação das mulheres foi essencial. Estas integraram de forma orgânica a revolução, cujo triunfo deveu ao apoio e à presença ativa das nicaraguenses. O objetivo deste artigo é delinear a relação entre a luta das mulheres e a questão nacional no contexto de disputas hegemônicas na América Latina.



Palavras-chave: Feminismo. Revolução Sandinista. Hegemonia. Questão Nacional. Nicarágua.

Feminism, revolution and the national-issue in Nicaragua

ABSTRACT: The Sandinista Revolution was a victorious political process of national liberation in Nicaragua (1979-1990), in which women's participation was essential. They were an organic part of the revolution, which triumphed due to the support and active presence of Nicaraguan women. The objective of this article is to delineate the relationship between women's struggle and the national question in the context of hegemonic disputes in Latin America.

Keywords: Feminism. Sandinista's Revolution. Hegemony. National issue. Nicaragua.

MEIRE MATHIAS

Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (PGC/EM).
E-mail: meire_mathias@uol.com.br

NICOLLE MONTALVÃO

Mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PGC - UEM). Professora do Quadro Próprio de Magistério de Sociologia da rede pública de ensino do estado do Paraná.
E-mail: nicolle.mp@gmail.com

RECEBIDO: 01/07/2020

APROVADO: 05/01/2021

Introdução

Por mais de uma década, a Nicarágua, país localizado na América Central, foi palco de transformações sociais providas de uma grande efervescência popular: a Revolução Sandinista, de 1979 a 1990. Com inspiração na Revolução Cubana de 1959, a Revolução Sandinista – ou Nicaraguense – foi um peculiar processo de insurreição popular que, através da luta armada e liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), derrubou a ditadura da família Somoza e reconstruiu um país em ruínas (MONTALVÃO, 2018). Sendo marco teórico desta pesquisa o pensamento gramsciano¹, e considerando o conceito de hegemonia, a Revolução Sandinista se configurou enquanto tentativa de consolidação de uma hegemonia alternativa que visou produzir uma nova concepção de mundo e de sociedade.

Todavia, para melhor entender esse processo revolucionário, é fundamental reconhecer o papel que as mulheres desempenharam. Elas estiveram presentes em todos os momentos, desde o primeiro período, em guerrilhas urbanas e no campo, e na inevitável guerra civil – que derruba o regime somozista –, ocupando diversas funções, inclusive no comando de exércitos. Em um segundo momento, estas mulheres participaram da construção da Nova Nicarágua, em que permaneceram organizadas, exigindo direitos e liderando povoados inteiros.²

Porém, isso não as livrou de enfrentar inúmeros desafios, até mesmo na Frente Sandinista de Libertação Nacional, o que as colocou em uma posição específica na própria luta sandinista. Assim, considerando outro aspecto da construção da hegemonia, fazendo uso do conceito gramsciano de grupos subalternos³, é

1 Em nossas análises sobre a Nicarágua Sandinista, nos apropriamos dos conceitos de hegemonia, classes subalternas e transformismo, presentes no rol do pensamento de Gramsci para apreensão da totalidade do processo revolucionário nicaraguense. Para aprofundar, consulte: MONTALVÃO, N. *Revolução Sandinista e pensamento gramsciano: uma possível análise da América Latina*, UFPR, 2017. Disponível em http://e-democracia.com.br/sociologia/anais_2017/pdf/GT13-30.pdf.

2 Consultar: *La participación de las mujeres: Recuento histórico*, de Mónica Baltodano. Disponível em: <https://memoriasdelaluchasandinista.org/>.

3 Ao longo da produção de seus escritos, conhecidos como “Cadernos do Cárcere” (1926 – 1937), Gramsci ora utiliza a nomenclatura “classes subalternas”, ora “grupos subalternos”, nem sempre conjugados no plural. Na sua amplitude, a categoria pode ser compreendida como grupos subalternos-classes sociais

possível indicar que, dentro da FSLN e na população que construiu a revolução, havia a presença dessas frações, com destaque à organização das mulheres.

Além disso, sabe-se que a construção de uma nova Nicarágua não se consolidou, sucumbindo em 1990 com a vitória da liberal Violeta Chamorro⁴ nas eleições à presidência. Com a decadência do processo revolucionário, as condições necessárias para o reestabelecimento da hegemonia burguesa na Nicarágua e o acirramento da configuração da correlação de forças no processo revolucionário, a pauta das mulheres é afetada, e elas são recolocadas em uma posição de subalternidade dentro da luta sandinista. Ressalta-se que o entendimento da mulher enquanto sujeito político ativo na história não se dá de maneira desvinculada de suas condições de classe e raça/etnia; por isso, a vitória de Chamorro nas eleições representou uma derrota, e não um avanço destas pautas.

Luta das mulheres e questão nacional

No bojo das lutas sociais, comumente se discute questões de classe separadas das de gênero e raça/etnia, assim como há discussões que acabam por priorizar as questões de gênero e raça/etnia sem conexão com as problemáticas de classe. Antecipamos que muito disso decorre da pós-modernidade, do fim da moderna noção de identidades coletivas – como nacionalidade e classe – e da construção das noções contemporâneas identitárias de luta por reconhecimento. Essas últimas, vinculadas às condições de gênero, sexualidade, raça/etnia, muitas vezes se apresentam como pautas imediatistas e afluem para os idos como “novos movimentos sociais”. Nas palavras de Mirla Cisne,

subalternas. Consultar uso de “classes subalternas” em GRAMSCI, Antonio. CC 13, § 23, p. 61. Vol. 3. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012; e “grupo subalterno” em GRAMSCI, Antonio. CC 11, § 70, p. 225. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

4 Violeta Chamorro era a candidata da direita liberal nicaraguense, associada ao capital estrangeiro, estadunidense, financiada diretamente por Washington nas eleições de 1989. Em sua campanha, Chamorro apelou para o emocional das mães já cansadas da guerra contrarrevolucionária, garantindo vitória inclusive entre as mulheres das classes subalternas (MONTALVÃO, 2018, p. 90).

As abordagens desconstrutivistas/pós-estruturalistas/pós-modernas mesmo criticando o gênero e sua identidade global, não relacionam essa categoria com as de classe, raça, etnia, geração a partir da contradição fundante das mais diversas expressões das desigualdades sociais: a contradição capital e trabalho. Não se configuram, portanto, em críticas profundas [...]. Assim, criticam a linearidade do gênero, mas a reproduzem ao não analisar os complexos sociais na dimensão da totalidade. Além disso, essas análises acabam retrocedendo nos estudos de gênero ao não abordar aspectos materialistas da história, enfocando os símbolos, as representações, caindo no irracionalismo ao limitar-se no subjetivismo, sem a mínima mediação com as determinações objetivas da sociedade. (CISNE, 2012, p. 90).

O ponto de inflexão, no entanto, é que o sistema capitalista, em sua estrutura racista e patriarcal, permanece explorando economicamente e dominando ideologicamente as massas populares. A desigualdade de classe permanece, e as opressões continuam diferenciadas de acordo com as diversas condições de quem as sofre, tendo em vista o modo simbiótico em que o sistema de dominação-exploração capitalista opera. Como afirma Heleieth Saffioti,

Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração [...]. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo. (SAFFIOTI, 1987. p. 60).

Ademais, quando se pensa as vitoriosas lutas feministas do século XX, a experiência das mulheres soviéticas reforça a necessidade da não dicotomia entre luta de classes e gênero. Textos recém-publicados em português⁵ escritos pelas russas na União Soviética, que tratam de assuntos considerados ainda hoje tabus

5 SCHNEIDER, Graziela (Org.). A Revolução das Mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética. 1ª ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

(como aborto), demonstram um avanço da discussão, até então no século XX, sem precedentes. Sabemos que, mesmo nos anos 1920, vários foram os retrocessos sofridos pela luta das mulheres, posteriormente acirrado com o advento do stalinismo na URSS. Mas, se houve retrocessos, foi porque muitos avanços aconteceram; aliás, é importante frisar sempre que a Revolução de Outubro de 1917 só se configurou como este grande fato histórico da humanidade graças às mulheres em marcha sobre o chão frio de Petrogrado.

Portanto, a partir de uma análise materialista histórica e dialética da realidade vigente, compreendemos o capitalismo enquanto um sistema de dominação-exploração que opera de forma simbiótica com o patriarcado e o racismo enquanto dominação e exploração – e, se há uma simbiose entre esses pilares para a manutenção da hegemonia dominante, as lutas de oposição a tal sistema necessariamente precisam ser, da mesma maneira, simbióticas. Dessa forma, partimos do entendimento de que não procede estabelecer uma dicotomia entre feminismo e classe, visto que a compreensão da realidade social não decorre da fragmentação de suas dimensões econômica, política e cultural.

Na América Latina, a luta das mulheres majoritariamente se expressou de forma imbricada às questões de classe e de identidades nacionais: mulheres indígenas por demarcação das terras, o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras sem-terra no campo (Via Campesina), os movimentos dos e das sem-teto nos centros urbanos, o zapatismo no México e as FARC na Colômbia, entre outros, são exemplos de lutas vinculadas à terra, ao alimento e à moradia. A prática feminista destes movimentos é conhecida como “Feminismo Insurgente”.

Sobre o feminismo insurgente – ou revolucionário – podemos afirmar, de certo, ser uma vertente ainda pouco conhecida, particularmente na academia brasileira. Por feminismo do tipo insurgente, característico de movimentos indígenas e de resistência guerrilheira na América Latina, entende-se como uma concepção ético-política revolucionária da realidade, que sustenta sua luta dentro e fora da organização a qual faz parte. É a luta feminista das mulheres que integram processos de resistência revolucionários, como as zapatistas no México e as farianas das FARC-EP na Colômbia.

O feminismo insurgente configura-se como o mais combativo e próximo de uma transformação estrutural da realidade que, dentro de suas limitações organizacionais, possui um potencial efetivo de modificar o entendimento das relações de gênero, isto é, das relações entre homens e mulheres em um contexto de guerrilha e resistência, promovendo novas relações entre seus membros (MONTALVÃO, 2018, p. 113).

As mulheres farianas reiteram, no documento *Tesis de mujer y género FARC-EP* de 2017, o posicionamento antipatriarcal de sua organização política, alcançado a partir de muita reflexão e debates acerca da condição da mulher. Nas palavras da ex-guerrilheira colombiana Victoria Sandino⁶,

Nós falávamos dos direitos das mulheres, da igualdade entre mulheres e homens, mas não havíamos abordado o tema da teoria feminista propriamente. É a partir do La Habana que começamos a fazer um estudo judicioso, consciente de todas estas teorias, e também o intercâmbio com as mulheres cubanas, intercâmbio com todas as mulheres que transitaram por Cuba ao longo do processo de paz, especialmente as mulheres colombianas. Isso nos levou a declararmos, a muitas de nós, feministas [...]. Todo esse caminho nos levou não somente a declararmos, senão também a construir nossa própria reivindicação feminista a partir de nossa prática, identificar que essa prática que tínhamos pois não era outra coisa mais que o feminismo insurgente. (2017).⁷

O teor combativo do feminismo insurgente vem justamente deste olhar feminista de si, do entender-se mulher enquanto sujeito histórico e político. Mas, o entendimento da mulher enquanto sujeito ativo da história não se dá de maneira desvinculada de suas condições de classe e etnia. Então, a perspectiva insurgente de feminismo visa considerar as questões de classe, gênero e raça/etnia de forma imbricada, como fica explícito no 3º capítulo das *Tesis de mujeres y género*, intitulado *Línea de Feminismo de las FARC-EP*, em tradução livre das autoras:

6 Victoria Sandino, em entrevista à Angela Paz pela Revista Virtual La 13 – Publicación de la Red Nacional de Mujeres Excombatientes de la Insurgencia, 2017. Disponível em: <http://www.revistala13.com/publicacion-n11/elfeminismo-insurgente.html>. Acesso em 19/03/2018.

7 Tradução livre.

O feminismo para as FARC-EP é de caráter emancipatório, pois se constitui a partir da necessidade da redistribuição da riqueza e se enquadra dentro da luta de classes. Ademais, porque se levanta contra todo tipo de opressão, não somente contra a opressão das mulheres; também busca grandes transformações a favor das imensas maiorias excluídas historicamente. Nada se liberta sozinho nem sozinha, nenhum grupo, etnia, organização se liberta de maneira individual, é necessário o trabalho conjunto, de todos e todas que pertencem à classe proletária para a libertação coletiva, dado que, no sistema capitalista, é a classe trabalhadora que principalmente sofre a subordinação do patriarcado. É emancipador porque permite a autonomia na tomada de decisões das mulheres, em suas relações com o entorno político e social e permite fortalecer a prática revolucionária em seu cotidiano, desenvolvendo a premissa do “pessoal é político”. (FARC-EP, 2017, p. 03).

A despeito das intensas e necessárias discussões teóricas, diante das condições objetivas dadas em situação de guerrilha e de resistência latino-americanas, este feminismo ocorre na prática, no cotidiano. Afinal, para além da necessidade de se construir novas relações humanas, as mulheres neste contexto empunham armas – a experiência nicaraguense nos mostra a diferença que isso faz na compreensão de si e em relação aos demais companheiros de luta.

As mulheres zapatistas são também exemplo de feminismo insurgente, deliberando uma luta não só contra o patriarcado imposto desde os colonizadores europeus, mas também por pão e terra, reivindicando o respeito à cultura e a autodeterminação dos povos indígenas. De acordo com Lhullier (2015),

Não mais dispostas a calar e resistir, convocam inúmeras comunidades e organizações indígenas e formulam a Lei Revolucionária das Mulheres do EZLN, que engloba dez principais reivindicações, dentre as quais se define que “as mulheres, sem importar sua etnia, credo ou filiação política, possuem o direito de participar da luta revolucionária no local e no grau que sua vontade e sua capacidade determinarem”. Ainda, podem “ocupar cargos

de direção na organização e possuir cargos militares nas forças armadas” e “possuem o direito de participar em assuntos da comunidade e de possuir cargos se são elegidas livre e democraticamente”. Para a comunidade indígena, tais leis significavam uma verdadeira revolução. Nesse sentido, a tomada de consciência que proporciona a ação e a resistência à tais práticas já internalizadas na sociedade permite a incorporação pelas mulheres de uma nova realidade social no ambiente Zapatista, onde podem ser sujeitas de direito pleno. (LHULLIER, 2015)

Para além das farianas e zapatistas, existem outros movimentos de mulheres que podemos considerar insurgentes na América Latina e devem ser rememorados, como os de mulheres indígenas de várias etnias em toda a América Andina; as mulheres trabalhadoras rurais da Via Campesina; e, no Brasil, as mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra – MST e Via Campesina, e seus potentes atos de resistência frente aos ataques do capital.

O Feminismo insurgente majora o debate da questão nacional, sendo que, este último, encontra-se na base de boa parte das lutas e disputas no interior dos Estados nacionais latino-americanos. Sob a perspectiva histórico-social, a nação pode ser vista como uma formação social em movimento, lócus do desenvolvimento de forças sociais organizadas e determinadamente contrárias ao ordenamento capitalista. Nessa chave de ação política orientada socialmente, os rumos da nação podem ser alterados, ora se desenvolvendo sob a hegemonia dominante, ora se transformando, podendo romper-se. Sob o prisma das disputas hegemônicas, no âmbito das nações latino-americanas, notam-se contraposição e particularidades de revolução burguesa⁸, de revolução passiva⁹ e de revolução social.¹⁰

8 Em referência à obra de FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio e interpretação sociológica*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.

9 Para aprofundar, consulte: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* 13, § 7. Vol. 3. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

10 Em Gramsci, a crise de hegemonia pode originar a revolução social. Os grupos subalternos podem passar “subitamente da passividade política para uma certa atividade, e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução.(...) Isso é precisamente a crise de hegemonia, ou a crise de Estado em seu conjunto.” (Gramsci, *Cadernos do Cárcere* 13, § 23).

Conforme Gago e Gutiérrez (2019), não é exagero afirmar que, na América Latina, o feminismo ocasiona uma *revolução*, sendo que essa palavra remete ao fato de que se está produzindo desobediências e transformações, ao mesmo tempo em que o movimento se nutre das mudanças que produz. Nesse sentido, conforme as autoras, é possível distinguir dois grandes blocos:

en el torrente de insurgência feminista en marcha. Por un lado, la amplia gama de luchas situadas -que no locales- em defensa de los territorios y de los bienes comunes amenazados que están siendo generalmente sostenidas -y algunas veces encabezadas- por mujeres; por otro, el explosivo éxodo, principalmente urbano, del lugar de víctimas a la espera de un dudoso redentor estatal que ponga freno a los verdugos que nos matan, protagonizado por una constelación intergeneracional de mujeres, em calles, universidades, mercados, colonias populares, hogares y centros de trabajo¹¹. (GAGO e GUTIÉRREZ, 2019, p. 9).

Em Gramsci, a nação não é percebida enquanto uma comunidade imaginária, atemporal, correspondente à chave de interpretação liberal. Para o pensador sardo¹², a nação também não se restringe a sua dimensão interna; ao contrário, o nexo entre o nacional e o internacional constitui o ponto de inflexão e explicação da nação. Em consonância com Baratta (2004), a nação representa o elo intermediário entre o Estado e o povo, que do “mundo produtivo” é o fundamento concreto (BARATTA, 2004, p. 50).

No âmbito das disputas hegemônicas, portanto, a questão nacional ganha outra centralidade, porque implica a questão de

11 “na torrente da insurgência feminista em marcha. Por um lado, a ampla gama de lutas situadas -que não locais- em defesa dos territórios e dos bens comuns ameaçados que estão sendo geralmente sustentadas – e algumas vezes encabezadas - por mulheres; por outro, o explosivo éxodo, principalmente urbano, do lugar de vítimas a espera de um duvidoso redentor estatal que coloque freio aos algozes que nos matam, protagonizado por uma constelação intergeracional de mulheres, nas ruas, universidades, mercados, colônias populares, casas e centros de trabalho”. (Tradução livre).

12 Para aprofundar, consulte: Gramsci, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 5. Caderno 19.

classe. Nesse sentido, considerar a correlação existente entre a questão nacional e a luta das mulheres, para este artigo, em especial as latino-americanas e mais especificamente das mulheres sandinistas nicaraguenses, torna-se imperativo.

Assim, tendo como prisma a teoria da história desenvolvida por Gramsci, “a questão da unificação das classes subalternas italianas é uma questão nacional, mas ao mesmo tempo, é uma questão de unificação das classes subalternas de todo o mundo, uma questão de unificação do gênero humano” (DEL ROIO, 2018, p. 184). A luta dos grupos subalternos forja espaço de disputa no bojo da questão nacional, porquanto a superação da questão de classe não se encontra dissociada da questão nacional. Ainda que reconhecidamente múltiplos, diferentes entre si, a “fragmentação da vida e do pensamento das classes subalternas é uma característica própria de sua situação de explorados e submetidos a todas as formas de submissão ideológica que se evidencia na realidade concreta” (SCHLESENER, 2018, p. 11).

Nas palavras de Del Roio (2018), as classes subalternas não são apenas a classe operária e o campesinato, mesmo quando o argumento gira em torno da crítica ao capitalismo, ainda que dependa muito do grau e da fase de desenvolvimento que se encontra determinada nação ou povo. Diferentes grupos sociais são subalternos e tendem a sofrer a hegemonia burguesa (DEL ROIO, 2018, p. 189).

Contudo, a condição de subalternidade deve ser superada historicamente. Por isso, sob a perspectiva das lutas sociais, grupos subalternos emergem contra a configuração do poder que reforça a subalternidade. Nas palavras de Gramsci, “Os grupos subalternos sempre sofrem a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória “permanente” rompe, e não imediatamente, a subordinação” (GRAMSCI, CC 25, 2015, p. 135).

Desse modo, nos reaproximamos do nosso tema: a luta das mulheres sandinistas na Nicarágua. Essa e as demais experiências de feminismo insurgente nos elucidam a pensar a necessidade das lutas revolucionárias e de libertação nacional abarcarem as questões de gênero, muitas vezes tidas como demandas inferiorizadas, hierarquizando a tríplice exploração-dominação “capitalismo-patriarcado-racismo”.

Revolução sandinista e as mulheres nicaraguenses

a Revolução Nicaraguense configurou um processo político de caráter popular, protagonizado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), voltada à destituição da família Somoza do poder e à instituição de uma Junta de Governo revolucionária que visava construir uma nova Nicarágua, socialista e anti-imperialista, prevalecendo de 1979 a 1990 no país centro-americano. Porém, ressalta-se que tal processo não teve início no ano de 1979 de fato, pois tratou-se de um desdobramento da luta nacionalista de Augusto César Sandino, em ação desde os anos 1930. Sandino, o “General de Homens Livres”, como era conhecido, foi um líder nacionalista que esteve à frente da luta pela libertação da Nicarágua e que foi sequestrado e morto em 1934 pela Guarda Nacional somozista (MONTALVÃO, 2018, p. 19).

Nos anos 1930, a mulher das classes subalternas aparece vinculada ao movimento de Sandino pela libertação nacional, isto é, inseridas no Exército de Homens Livres, desempenhando diversas funções e atuando como combatentes. Margaret Randall pontua que, “não há indícios de que a mulher tenha sido organizada precisamente para combater. Mas existem fotos que nos dão testemunhos de mulher com arma na mão – Angelita Ruiz – bem como mulheres retratadas ao lado de Sandino e seu Estado-Maior” (RANDALL, 1982, p. 21).

O general ressaltava a importância da inserção das mulheres na luta pela libertação nacional, sempre as tratando com muito respeito em suas cartas e informes. Especula-se que ele teve mais de uma companheira, e sobre as duas que se tem registros, sabe-se que ambas participaram de seu exército: Blanca Arauz, que desempenhava tarefas na área da comunicação por ser telegrafista; e a salvadorenha Teresa Villatoro, que atuou como combatente na guerra contra a intervenção estadunidense, chefiando uma coluna de soldados (RANDALL, 1982, p. 21). Ademais, de acordo com a guerrilheira sandinista Monica Baltodano,

En las principales luchas del pueblo nicaragüense del siglo XX, la mujer hizo presencia de manera protagónica, con ejemplos que permitieron dejar constancia de que las mujeres tenemos todas las cualidades para

asumir cualquier función social, y que es la cultura patriarcal la que nos ha negado históricamente la oportunidad de ocupar todos los espacios de acción como ciudadanas. En el Ejército de Sandino fue notorio del papel de las mujeres. Tanto, que el propio Sandino se encargó de afirmarlo: 'De todas las clases sociales salieron grandes partidarias de causa que sirvieron de muy diferentes maneras: espionaje, correo, proselitismo y aún directamente en el Ejército [...]. Al igual que los soldados se jugaron la vida y muchas también murieron en estos servicios. Los actos de heroísmo de las mujeres que colaboraron con el Ejército, no sólo son muchísimos, sino que además la mayoría requieren largas historias para explicar los sacrificios que sufrieron y los peligros que enfrentaron por amor a la Patria...'. Sandino menciona a Blanca Aráuz [...]. También menciona a Juana Cruz, dueña de una cantina en Jinotega [...]. También son conocidos el caso de las hermanas Villatoro, en especial Teresa, gran organizadora, y la esposa del General Pedro Altamirano, María de Altamirano, a quien Sandino en sus cartas llama 'Generala'".¹³ (BALTODANO, 2011, t. 3, p. 74-75).

13 "Nas principais lutas do povo nicaraguense do século XX, a mulher esteve presente de modo protagonista, com exemplos que permitiram demonstrar que nós mulheres temos todas as qualidades para assumir qualquer função social, e que é a cultura patriarcal que nos tem negado historicamente a oportunidade de ocupar todos os espaços de ação como cidadãs. No Exército de Sandino foi notório o papel das mulheres. Tanto, que o próprio Sandino se encarregou de afirmar: 'De todas as classes sociais saíram grandes partidárias da causa que serviram de diferentes maneiras: espionagem, correio, proselitismo e ainda diretamente no Exército [...]. Como os soldados que perderam suas vidas, muitas também morreram nesses serviços. Os atos de heroísmo das mulheres que colaboraram com o Exército, não são apenas muitos, mas também exigem longas histórias para explicar os sacrificios que sofreram e os perigos que enfrentaram por amor a Pátria...'. Sandino menciona a Blanca Aráuz [...]. Também menciona a Juana Cruz, dona de uma cantina em Jinotega [...]. Também é conhecido o caso das irmãs Villatoro, em especial Teresa, grande organizadora, e a esposa do General Pedro Altamirano, Maria de Altamirano, a quem Sandino em suas cartas chama de 'Generala'". (Tradução livre).

Em meados deste mesmo século, se dá continuidade de forma mais ampla à luta pela libertação nacional, interrompida com o covarde assassinato de Sandino pela Guarda Nacional. A FSLN, então, é organizada e fundada nos anos 1960 e entende o *sandinismo* como ideologia revolucionária, que levanta pautas de luta que vão muito além daquele imaginado por Sandino, visto que a luta sandinista é mais ampla do que naquele contexto histórico.

O processo iniciado pela Revolução Sandinista, no tocante à emancipação das mulheres, elenca pontos mais elaborados em relação à época de Sandino, que aparecem sob o item “VII Emancipación de la mujer” no *Programa Histórico del Frente Sandinista de Liberación Nacional* de 1969. Sobre a mulher na época de Sandino e as sandinistas da FSLN, Doris Tijerino ressalta que há uma diferença:

voy a señalar una de las grandes diferencias entre la participación de la mujer en la época del General Sandino, donde la mujer llega por la vinculación familiar y afectiva. El grueso de mujeres – sólo con algunas excepciones – son las hijas, esposas y compañeras de los combatientes varones, y hacen labores de apoyo. En el Frente Sandinista hay una calidad distinta de participación, vas de combatiente, vas de militante, vas por su propia decisión y convicción, no porque sos familiar de alguien, y eso le da otra connotación. Sí, ha habido machismo en el Frente Sandinista, y nosotras lo hemos sufrido y lo seguimos sufriendo. Sin embargo, hay que reconocer que muchos respaldaron la incorporación de la mujer en la lucha¹⁴. (DorisTijerino, *In. BALODANO*, 2011, t. 1, p. 242).

14 “vou apontar uma das grandes diferenças entre a participação da mulher na época do General Sandino, onde a mulher chega pelo vínculo familiar e afetivo. O grosso de mulheres – somente com algumas exceções – são as filhas, esposas e companheiras dos combatentes homens, e fazem trabalhos de apoio. Na Frente Sandinista há uma qualidade distinta de participação, vai como combatente, vai como militante, vai por sua própria decisão e convicção, não por ser familiar de alguém, e isso dá uma outra conotação. Sim, houve machismo na Frente Sandinista, e nós sofremos com isso e seguimos sofrendo. No entanto, deve-se reconhecer que muitos respaldaram a incorporação da mulher na luta”. (Tradução livre).

A luta das mulheres sandinista faz saltar aos olhos a grandiosidade de uma pauta feminista que considera as questões de classe e a questão nacional, sem leituras fragmentadas. O movimento de mulheres, durante o processo revolucionário popular nicaraguense, estava atrelado à condição das classes subalternas presentes no país, por mais que a organização das mulheres apresentasse um caráter policlassista, ou seja, a organização destas era composta principalmente por mulheres que pertenciam a classes sociais diversas – desde trabalhadoras do campo e das cidades e de suas filhas, donas-de-casa, estudantes secundárias, até universitárias, estas últimas em geral provindas de setores sociais mais abastados como a burguesia anti-somozista –, em sua maioria jovens que militavam em movimentos como o estudantil e o cristão.

Dizer que a composição da organização delas possuía um caráter “policlassista” não significa que, em termos ideológicos, não havia uma consciência de classe. Ao contrário, havia uma evidente vinculação da luta das mulheres à luta da classe trabalhadora e com a libertação nacional da Nicarágua, como foi o caso de Marisol Castillo, filha do empresário José María “Chema” Castillo – assassinado pelos sandinistas, ele era dono da casa onde ocorreu a operação conhecida como “Rompendo o Silêncio” ou “Dezembro Vitorioso”, de 27 de dezembro de 1974 – e também militante da FSLN, isto é, uma mulher pertencente à alta burguesia que traiu sua classe, adquirindo uma identidade nacional e soberana¹⁵.

Sobre o episódio de 27 de dezembro de 1974, a bem-sucedida *Operación Diciembre Victorioso*, é importante ressaltar que o *Comando Juan José Quezada*, responsável pela operação, foi composto por um número significativo de mulheres, eram elas Leticia Herrera, a comandante Miriam, Eleonora Rocha López e Olga Avilés. Nas palavras da comandante Miriam,

15 Em entrevista para Margaret Randall, Marisol Castillo fala sobre a morte do pai e a adesão à luta revolucionária: “Olha, eu posso dizer a você que nunca culpei os companheiros pela morte de meu pai. Porque eu sabia que era um homem agressivo e que em qualquer situação política similar poderia ter acontecido a mesma coisa. [...] Tem que ser assim. Realmente não foi difícil pra mim, não foi mesmo. Pouco a pouco eu ia tendo uma meta, que era o triunfo da Revolução, e minha família passava para um segundo lugar. Antes a Revolução que a família. A Revolução antes que nada”. (In. RANDALL, 1982, p. 238).

El operativo del comando *Juan José Quezada* fue una acción que requirió de una tremenda dedicación, de una cuidadosa selección de los componentes del comando y marcó no solamente un cambio en el proceso de forja y desarrollo del Frente Sandinista, sino también un cambio sustancial en la historia de Nicaragua. Significó también una apertura y una reafirmación de la participación de la mujer sandinista, combatiente, en la clandestinidad o en trabajo legal. [...]. Repito, para mí es importante que en esta acción los hombres del Frente Sandinista reconocieran que las mujeres tenemos gran capacidad y, algunas veces, hasta más capacidad que los hombres, como combatientes de tiempo completo.¹⁶ (Leticia Herrera, In. *BALTODANO*, 2011, t. 1, p. 560-561).

Portanto, as mulheres sandinistas estavam inseridas na luta com objetivos amplos e particulares, e as pautas específicas dessa *fração* em nada eram contrárias às mais abrangentes, à condição estrutural das classes subalternas, da emancipação dos e das trabalhadoras, e da afirmação de uma Nicarágua Livre. A subalternização da luta das mulheres trata-se de uma questão social e cultural, que teve seus reflexos na política da FSLN ao rebaixar as pautas feministas do programa, o que acabou garantindo a manutenção de uma cultura machista e, por consequência, do patriarcado enquanto modelo hegemônico de organização das relações sociais.

Reiteramos que as mulheres se fizeram presentes em toda a construção da Revolução Sandinista, desde o primeiro momento – que toma corpo, a partir de 1961, com a fundação da FSLN, e vai até o chamado “trunfo”, que se caracteriza pela queda do regime ditatorial somozista em 1979 –, até o início do processo de

16 “A operação do comando *Juan José Quezada* foi uma ação que demandou uma tremenda dedicação, de uma cuidadosa seleção dos componentes do comando e marcou não somente uma mudança no processo de forjamento e desenvolvimento da Frente Sandinista, mas também uma mudança substancial na história da Nicarágua. Significou também uma abertura e uma reafirmação da participação da mulher sandinista, combatente, na clandestinidade ou em trabalho legal. [...]. Repito, para mim é importante que nesta ação os homens da Frente Sandinista reconheceram que as mulheres tinham grande capacidade e, algumas vezes, até mais capacidade que os homens, como combatentes em tempo integral”. (Tradução livre).

reconstrução revolucionária do país, com a tentativa de consolidar uma nova sociedade, uma nova Nicarágua – livre da intervenção estadunidense, da exploração e da opressão; uma sociedade laica, igualitária, que busca consolidar a hegemonia sandinista.

O que chama a atenção em relação às mulheres nesse contexto é a organização e a inserção delas na luta: havia foco, demandas gerais e específicas e uma vontade de transformação que prevaleceu nos dois momentos da revolução. Em nenhum outro processo histórico revolucionário latino-americano houve a participação de tantas mulheres. Depois de longas quatro décadas vivendo sob uma ditadura que, através dos soldados somozistas da Guarda Nacional, violou, massacrrou e assassinou várias camponesas, trabalhadoras, jovens, meninas, enfim, mulheres, a revolução representou uma oportunidade de mudança de cenário. De acordo com Randall,

A altíssima participação revolucionária que demonstra a mulher nicaraguense tem muito a ver com a sua notável participação econômica. Sua ingerência na vida econômica do país – desde a época pré-colombiana até hoje – tem situado a mulher nicaraguense fora dos estreitos limites do lar. Ainda que a tradição (espanhola, católica) lhe designe um papel caseiro, passivo, de dependência e de *decoloro*, a realidade que a cerca tem exigido outra resposta. A história a tem levado a uma tomada de posições e decisões que, a partir do econômico, ampliam sua participação social e política. (1982, p. 30).

Porém, sabe-se que a inserção das mulheres na luta revolucionária não ocorreu de forma simples ou espontânea, e sim a partir também de um processo de conscientização da mulher, que se deu através de condições objetivas, a partir do deslocamento das tarefas das militantes – antes colocadas para executar serviços tidos como “femininos” – para áreas mais incomuns de participação feminina, como o treinamento militar e, logo, combatentes de guerrilha. A princípio, elas possuíam funções bem específicas na Frente, como a manutenção e a limpeza de aparelhos, alimentação e cuidado dos enfermos e a datilografia de comunicados e manifestos. Mas, por estarem inseridas nesse ambiente, necessariamente elas pegam em armas e recebem treinamento militar.

O manejo das armas e o conhecimento de táticas e estratégias militares causou na mulher sandinista um profundo impacto, uma importante reflexão que fez com que se alterasse o modo de pensar sobre elas mesmas, e sobre como seus companheiros as tratavam (ZIMMERMANN, 2002, p. 55). Em outras palavras, o contexto da guerra revolucionária fez com que as mulheres se situassem enquanto sujeitos ativos e capazes de se comprometerem, inclusive com tarefas tidas como “masculinas”, por exemplo, como tornar-se Comandante.

A partir daí, no período de intensa luta armada, de fins da década de 1960 até o início dos anos 1980, as mulheres estavam ombro a ombro com eles nas fileiras guerrilheiras sandinistas, empunhando armas das mais pesadas e, inclusive, comandando tropas inteiras (Figura 1). Marena (1981, p. 59) reproduz a seguinte fala da comandante guerrilheira Monica Baltodano:

Sobre o fato de mulheres chefiarem homens, a comandante Mônica acrescenta: – Na guerra, várias mulheres faziam parte do comando militar. Não houve problema em dirigir homens, porque a nossa autoridade não era ganha no momento da indicação e sim na trajetória feita na guerrilha. Já tínhamos trabalhado, por muitos anos, dirigindo operações militares menores, ombro a ombro com os homens. (MAREGA, 1981, p. 59)

Figura 1. Desfile do Exército Popular Sandinista, 1980.



Desfile del Ejército Popular Sandinista en julio de 1980. ARCHIVO MONICA BALTODANO

Fonte: Memórias de la lucha sandinista (2017).

É dessa maneira que as mulheres começam a tomar postos dentro da FSLN, executando tarefas que antes não as eram designadas, como armar emboscadas e comandar ofensivas sandinistas. Destacam-se importantes nomes, como o de Doris Tijerino, que estava entre as 10 primeiras mulheres integrantes da FSLN. Filha de uma família da classe média cafeeira, Tijerino estudou em Moscou, bancada pelo Partido Comunista da Nicarágua, mas acaba integrando a Frente Sandinista ainda nos anos 1960, aos 23 anos de idade. Ela foi presa inúmeras vezes e sofreu todas as violências possíveis praticadas pela guarda somozista. Após o triunfo da revolução, tornou-se chefe da Polícia Nacional.

Foi na época da clandestinidade, entre 1977 e 1979, que as mulheres passaram a ser mais numerosas na FSLN, quando as guerrilhas urbanas e no campo eram constantes, até a eclosão da guerra civil. Curioso perceber como tal fenômeno não é particularidade da participação feminina no processo da Revolução Sandinista: a inserção das mulheres que resistiram à Ditadura Civil Militar brasileira, por exemplo, também teve seu ápice nos momentos de maior repressão, de estado de sítio. De acordo com Joffilly (2016, p. 48-49),

As ações dos homens e das mulheres são condicionadas por inúmeros fatores, inclusive pelas características dos conflitos bélicos. Portanto, a guerra se transforma em um laboratório de análise privilegiado [...]. A guerra coloca as sociedades em uma situação que se pode chamar “limite”, no sentido de extrema, polarizada, na extremidade ou no limite da vida e da morte, no estado de risco extremo [...]. Por isso, é muito coerente que as diferenças entre as pessoas, os coletivos, os grupos se acentuem ou mesmo se polarizem, já que a guerra é um exemplo de polarização total. (JOFFILLY, 2016, p. 48-49)

A autora ainda acrescenta que,

Em outras palavras, em situações de crise social, mesmo sem guerra declarada, as contradições de gênero parecem acentuar-se. Isso significa que regimes autoritários e/ou ditatoriais contribuem para agravar a situação de

dominação-exploração das mulheres pelos homens, ambos como categorias sociais, e também intensificam a violência contra mulheres e reforçam preconceitos machistas tão retrógrados e conservadores. (JOFFILY, 2016, p. 50).

Podemos compreender, dessa maneira, que os momentos de guerra promovem situações atípicas, a ponto de deixar mais evidentes contradições e antagonismos, ou seja, provoca uma “polarização total”. A violência, a repressão e o extermínio de grupos opositores por parte do Estado geram um clima de medo, insegurança, desconfiança e de impunidade aos agressores. A participação das mulheres se intensifica justamente por estas se situarem enquanto agentes capazes de alterar os rumos da história, já que, no contexto da guerra, prevalece o “matar ou morrer”. É inimaginável as atrocidades cometidas pelos soldados da Guarda Nacional de Somoza contra as mulheres, nos cárceres, nas ruas, nas montanhas e nas emboscadas contrarrevolucionárias.

Nesse mesmo contexto de extrema repressão da Guarda Nacional à FSLN durante o estado de sítio anunciado por Somoza, na qual os sandinistas estavam sendo massacrados, é que as mulheres fundam uma importante organização de protesto ligada à luta sandinista, a Associação de Mulheres ante a Problemática Nacional, a AMPRONAC. Por “Problemática Nacional”, entende-se como “as péssimas condições e a tortura que sofriam nossos companheiros nos cárceres, a ausência total de direitos humanos no país” (Lea Guido *apud* RANDALL, 1982, p.39).

Através dessa associação, as mulheres sandinistas promoviam manifestações, passeatas e greves, denunciando as inúmeras violações dos direitos humanos praticados pela Guarda Nacional contra seus filhos e companheiros e os abusos sofridos pelas prisioneiras nos cárceres somozistas e, principalmente, pelas mulheres do campo. A situação das mulheres campesinas era terrível: elas aparentavam ser mais velhas do que eram devido ao árduo trabalho no campo; além disso, eram vítimas constantes de soldados, que abusavam sexualmente e moralmente delas, sobretudo se a família era suspeita de colaborar com os guerrilheiros e guerrilheiras sandinistas.

Logo, a partir de 1977, a AMPRONAC representava a organização das mulheres na Revolução Sandinista em si. Ligada de forma umbilical à FSLN, a associação de mulheres operou como uma organização de massas da Frente Sandinista, e suas pautas específicas passam a ser as próprias tarefas da revolução. Nas palavras de Gloria Carrion,

A nossa Associação é e será o que tem que ser. Mas é que as tarefas específicas da mulher nesta etapa são precisamente as tarefas da Revolução, são suas prioridades e, se não, para que queremos uma organização da mulher se não for para resolver os problemas que mais afetam as mulheres? [...] a Associação tem como objetivos principais conseguir uma participação plena de nossas mulheres em todos os campos. Que se incorporem plenamente à sociedade. Isto significa estar no campo político, na atividade econômica, na atividade produtiva, na atividade cultural, na atividade social. Que ela possa ir superando os obstáculos que dificultam sua plena participação, os obstáculos históricos. (In. RANDALL, 1982, p. 62).

Mesclam-se, assim, as pautas gerais e as pautas específicas. Outra questão levantada por Carrion (1982) é a relação da mulher com o trabalho doméstico, tão rebaixado, e por isso deve ser socialmente valorizado, assumido e reconhecido, o que faz necessário com que os homens tomem consciência disso também. Dessa forma, além de promover as discussões sobre tais temáticas, a AMPRONAC exerceu um papel fundamental na defesa e vigilância da revolução e enquanto organização de massa exemplar. Para Lea Guido,

Se algum mérito tem a associação, é o de ter dado uma grande contribuição quanto às equipes de organização de massa. As companheiras de bairro vão se distinguir por compreender isso: a dinâmica da organização de massas. Muitos companheiros estudantes não tinham essa experiência que tinham as mulheres e a AMPRONAC vai se distinguir, pois, pelo seu funcionamento, pelo seu poder de mobilizar as massas e por uma infinidade

de tarefas. [...] Depois da vitória, você pode ver que muitas companheiras que lutaram nas filas da AMPRONAC ficaram com grandes responsabilidades políticas organizativas. (Lea Guido apud RANDALL, 1982, p. 53).

Após a queda da ditadura de Somoza, no segundo momento do processo revolucionário, apesar das enormes dificuldades, as mulheres saem também vitoriosas com a FSLN diante da derrubada do antigo regime, e a AMPRONAC, criada em meio à clandestinidade, torna-se a *Asociación de Mujeres Nicaragüenses Luísa Amanda Espinoza*, a AMNLAE, e continua sendo primordial para a organização das mulheres. Luísa Amanda Espinoza foi a primeira sandinista a cair em combate contra a Guarda Nacional. De origem muito humilde e criada somente pela mãe, Luísa Amanda ingressou à FSLN ainda no final dos 1960. Ela foi morta no dia 03 de abril de 1970.

Após o triunfo da revolução, as mulheres passam a ocupar postos de poder, como comandantes de exércitos, ministras e liderança de povoados, algo que até então não havia acontecido □ por isso, há uma participação tão substantiva, histórica e paradigmática em termos de movimento de mulheres na América Latina. O poeta argentino Julio Cortázar esteve na Nicarágua momentos antes e após o fim da ditadura somozista. Ao relatar as viagens que o sandinista Sergio Ramírez fazia para “receber juramento de posse dos integrantes regionais da Junta”, Cortázar constata que, “em Siuna, assumiram essa função três mulheres em um povoado de mineiros, o que me pareceu um bom sinal em um país onde da mesma forma que em toda a América Latina o machismo pretender ter sempre a última palavra” (CORTÁZAR, 1987, p. 28). Tal relato reitera a presença das mulheres na construção da revolução sandinista no momento após a queda de Somoza, liderando povoados e articuladas com o governo revolucionário.

Assim, foram se dando os avanços imediatos em relação às mulheres após o triunfo revolucionário de 1979. A primeira medida foi a garantia de direitos iguais para as mulheres: “a implementação desse direito democrático num país atrasado e subdesenvolvido como a Nicarágua exigia uma revolução nas relações econômicas e na consciência tanto das mulheres como dos homens” (ZIMMERMANN, 2002, p. 124).

Em síntese, os avanços obtidos pelas mulheres logo após o triunfo revolucionário foram:

Reconhecimento e igualdade formal perante a lei;

Ascensão à cargos de poder, políticos e militares, como cadeiras nos ministérios, liderança de povoados, treinamento de exércitos, ou seja, houve uma larga modificação na participação política da mulher nicaraguense;

Alterações no Código Familiar que procuravam garantir às mulheres e homens uma divisão igualitária da responsabilidade sobre seus filhos e filhas e sobre os serviços domésticos;

A proibição da exploração sexual da mulher na mídia, reiterando o direito ao corpo da mulher e com o intuito de promover um senso de equidade entre os sexos. (MONTALVÃO, 2018, p. 85).

Alguns dados importantes reforçam a participação política das mulheres: elas eram cerca de 30% do exército guerrilheiro sandinista; 60% das pessoas atuantes na campanha de alfabetização eram mulheres; e 80% da força de brigadistas da saúde, além de várias que se oferecerem para os batalhões de reserva da milícia. Mesmo que tivessem que brigar com seus companheiros, família e patrões, as mulheres estavam presentes, desafiando anos de tradição machista que as obrigam a exercer tarefas específicas, femininas, submissas. Houve muita luta, mas não foi fácil para elas obterem conquistas; aliás, mesmo após o triunfo revolucionário, muito não foi alcançado. Vejamos:

O grupo das mulheres sandinistas entendia que sua missão consistia tanto em organizar as mulheres para a realização de campanhas priorizadas pelo Diretório Nacional da FSLN como em promover os interesses sociais e econômicos das mulheres, especialmente as da classe trabalhadoras e campesinas. Sua ação foi mais eficiente quanto ao primeiro do que ao segundo objetivo. As propostas levantadas pela organização das mulheres geralmente desafiavam os preconceitos culturais mais profundos e as práticas discriminatórias, e algumas foram rejeitadas pela

liderança da FSLN, pelo bem da “unidade nacional”. O Diretório Nacional temia medidas radicais que se mostrassem antagônicas à Igreja Católica e aos membros do Partido Conservador. (ZIMMERMANN, 2006, p.125).

Compreende-se que a ação de organização das mulheres se deu de forma mais eficaz diante das questões mais amplas da revolução e não em suas pautas mais específicas, visto que a Frente Sandinista não se comprometeu e, dentro do próprio governo revolucionário, o Diretório Nacional da FSLN barrava as propostas de leis desafiadoras da moral vigente, além de ser comum encontrar oposição entre as próprias classes subalternas. A manutenção do aborto enquanto atividade ilegal é o principal exemplo destas limitações.

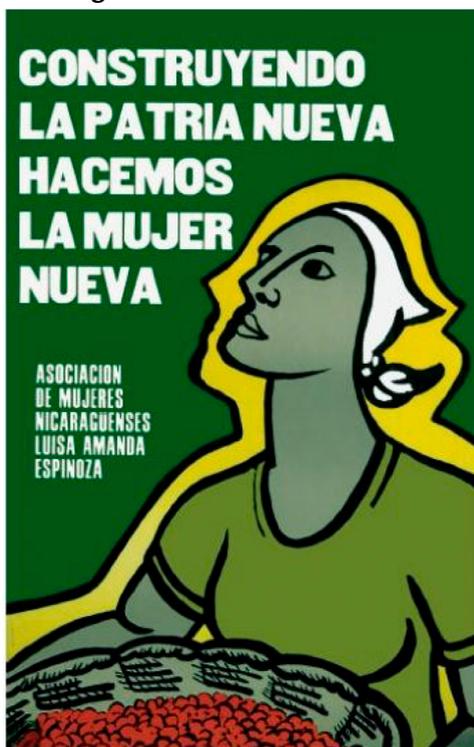
A perda da força das mulheres e os outros fatores, como o resultado do pleito eleitoral de 1989, corroboraram para a derrocada do processo revolucionário. Importante frisar como a vitória de Violeta Chamorro nas eleições reforça a necessidade da imbricação das questões de gênero, raça/etnia e classe, já que ela, enquanto representante dos ditames capitalistas, não alavancou a luta das mulheres; ao contrário, a rebaixou a uma luta corporativa e maternal.

Apesar disso, o legado deixado pela participação orgânica das mulheres repercutiu no movimento feminista da Nicarágua, como se dá após os anos 1990, na qual múltiplos coletivos e organizações feministas são fundadas, como o *Movimiento Autonomo de Mujeres de Nicaragua*, o MAM, resultado de uma dissidência do AMNLAE, e o Programa Feminista *La corriente*, todos visando discutir problemas das mulheres nicaraguenses e direitos humanos.

Uma vez conquistada certa emancipação, o retrocesso dificilmente é completo, pois alterou-se o entendimento da mulher sobre si. A revolução popular sandinista, por fim, não alcançou seu objetivo final, não se consolidou em uma nova hegemonia, mas transformou subjetivamente a construção da mulher nicaraguense (Figura 02).¹⁷

17 Cartaz da *Asociación de Mujeres Nicaraguenses Luisa Amanda Espinoza*, que demonstra a vinculação da questão nacional “construindo a Pátria Nova”, à luta das mulheres “fazemos a nova mulher”. Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/369224869435792207/>. Acesso em 24/03/2018.

Figura 2 - Cartaz da AMNLAE



Fonte: Autoria Desconhecida (2018).

Assim, para pensarmos a América Latina, uma região da qual somos alienadas e alienados de sua cultura e de sua história, é essencial recuperar processos políticos de resistência, como o sandinista e a sua trajetória de libertação nacional, e o enfrentamento ao imperialismo e de proposição de um tipo de socialismo *"ni calco, nicopia"*¹⁸ das experiências reais europeias.

18 Referência à frase de José Carlos Mariátegui: *"el socialismo peruano no debía ser ni calco, ni copia sino creación heroica"* (1928).

Considerações finais

A partir da experiência da organização das mulheres no processo revolucionário popular na Nicarágua entre os anos de 1979 e 1990, e utilizando as categorias do pensamento gramsciano de hegemonia, classes subalternas e transformismo, nosso estudo visou elevar ao debate a participação orgânica das mulheres nicaraguenses no processo revolucionário popular sandinista, como fundamental para o triunfo do processo.

Reiteramos ainda que não é possível hierarquizar elementos imbricados como gênero-raça/etnia e classe, visto que o sistema de dominação-exploração da tríade capitalismo-patriarcado-racismo opera nessas duas frentes, dominando ideologicamente e explorando economicamente a partir das opressões. Em termos da América Latina, fica ainda mais evidente a relação entre exploração e opressão, visto que nosso continente possui uma trajetória de enfrentamento desde os tempos da colonização europeia, com grande combatividade, o que podemos verificar no feminismo insurgente das zapatistas e farianas, por exemplo. Nesse campo, cabe refletir sobre a construção das nacionalidades.

Considerando que há subalternidade de nações inteiras no campo das disputas hegemônicas internacionais – seja entre nações no campo da Política Internacional, entre povos originários, separatistas, entre outras – aos processos de libertação nacional, a construção de uma identidade nacional é essencial para aquilo que Gramsci se refere como “união episódica dos subalternos”.

Destarte, há, na trajetória das mulheres na Revolução Sandinista, a busca de uma pauta integrada às questões mais amplas do processo, e de como a questão nacional perpassa a especificidade do que podemos chamar de uma pauta feminista. O nome da organização, Associação de Mulheres ante a Problemática Nacional (AMPRONAC), e as mulheres que traíram suas classes sociais e famílias para integrar a revolução, são demonstrações dessa relação e da impossibilidade de hierarquização das opressões e explorações.

REFERÊNCIAS

AUTORIA desconhecida. **Cartaz da Asociación de Mujeres Nicaraguenses Luisa Amanda Espinoza**. Sem data definida. 1 ilustração, color. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/369224869435792207/>. Acesso em 24/03/2018.

BALTODANO, Monica. **Memorias de la Lucha Sandinista. Tomo 1: De la forja de la vanguardia a la montaña**. 2. tiraje. Fundación Roxa Luxemburgo, 2011.

BALTODANO, Monica. **Memorias de la Lucha Sandinista. Tomo 3: El camino a la unidad y al triunfo**. Chinandega, Frente Sur, Masaya y la toma del Búnker. 2. tiraje. Fundación Roxa Luxemburgo, 2011.

BARATTA, Giorgio. **As Rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CORTÁZAR, Julio. **Nicarágua, tão violentamente doce**. 1. ed. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1987.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação dos subalternos**. São Paulo: Ed Unesp, 2018.

FARC-EP, **Tesis de Mujer y Género para el Congreso Constitutivo del Partido**. El papel de las mujeres guerrilleras de las FARC-EP. Colombia, 2017. Disponível em: <https://www.mujerfariana.org/images/pdf/TEISIS-DE-GENERO.pdf>. Acesso em: 21/03/2018.

FERNANDÉZ PONCELA, Anna M. **Mujeres, revolución y cambio cultural: Transformaciones sociales versus modelos culturales**. México: Anthropos Editorial; Xochimilco: UAM, 2000.

FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (FSLN). **Programa Histórico del FSLN**. 1969.

GAGO, Verónica; GUTIÉRREZ, Raquel. Somos las nietas de todas las brujas. **Catarsis**, ano 1, n. 1, pp 5-10, mayo-2019. Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe. Universidad de Buenos Aires (UBA). Buenos Aires, Argentina.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 1. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

LHULLIER, Clara. “‘Mujeres de Maíz’: a luta das mulheres indígenas na Revolução Zapatista”. (2015). Disponível em: <https://jornalripec.wordpress.com/2015/08/26/mujeres-de-maiz-a-luta-das-mulheres-indigenas-na-revolucao-zapatista/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MAREGA, Marisa. **A Nicarágua Sandinista**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 1981.

MATHIAS, Meire; MONTALVÃO, Nicolle P. **As Mulheres e a Revolução Sandinista: Hegemonia e Transformismo na construção de uma Nova Nicarágua**. In: Congreso ALAS, XXXI, 2017, Uruguay. ISBN 978-9974-8434-7-9.

MEMORIAS DE LA LUCHA SANDINISTA. **Desfile del Ejército Popular Sandinista em julio de 1980**. Archivo Monica Baltodano. 1 fotografia p&b. Disponível em: <https://memoriasdelaluchasandinista.org>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MONTALVÃO, Nicolle P. **As Mulheres e a Revolução Sandinista: a construção de uma nova hegemonia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrista – Resistência feminina à ditadura militar no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2016.

PALAZÓN SAÉZ, Gema D. (2007). Antes, durante, después de la revolución...La lucha continúa del Movimiento feminista en Nicaragua, **Lectora**, n. 13, p. 115-131. D.L. 395-1995. ISSN: 1136-5781.

RANDALL, Margaret. **Estamos todas despertas**. 1. ed. Tradução de Beatriz A. Cannabrava e Maria Angélica Trajber. São Paulo: Global Editora, 1982.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

MEIRE MATHIAS
NICOLLE MONTALVÃO

SCHLESENER, Anita Helena. Prefácio. *In*: DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação dos subalternos**. São Paulo: Ed Unesp, 2018.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaragüense**. 1. ed. Tradução de Maria Sílvia.